

# RESENHA BIBLIOGRÁFICA

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Renato Leite Marcondes (\*)

O trabalho em tela constitui valiosa contribuição à nossa historiografia. Corresponde aos quatro primeiros capítulos da tese de doutorado do autor intitulada: "*Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro (1790-1888)*", UFF, 1990.

A obra foi uma das primeiras a realizar uma reinterpretação dos modelos explicativos da economia colonial à luz das contribuições trazidas pelos pesquisadores nos últimos vinte anos; a estes estudos, Fragoso somou corpos documentais inéditos. Ademais, como avançado, o autor serviu-se de vastas fontes primárias disponíveis: inventários, escrituras de compra/venda e hipotecas, registros de tropeiros e termos de entradas de embarcações, entre outros documentos. Fragoso, baseado em tais fontes, analisou as formas de acumulação da economia mercantil-escravista na "praça mercantil" do Rio de Janeiro, a qual englobava não somente o Rio de Janeiro como as regiões Sul e Sudeste, ao longo do final do século XVIII e das três primeiras décadas do XIX. Embora Fragoso saliente o caráter não exaustivo de sua obra, uma crítica que podemos realizar é a da abrangência de sua bibliografia

---

(\*) *Doutorando pelo IPE-USP.*

sobre a totalidade das principais contribuições dos últimos vinte anos, com a omissão de vários trabalhos que poderiam auxiliá-lo nesta tarefa.

Este conjunto de informações permitiu-lhe uma aproximação crítica aos modelos explicativos tradicionais (Caio Prado Jr., Celso Furtado, Fernando Novais). Contudo, devemos considerar que para o período contemplado na obra em foco estes autores não são tão rígidos quanto aos seus modelos explicativos. Fragoso procurou ressaltar a importância da "acumulação endógena" (relacionada às atividades ligadas ao abastecimento interno), do "mercado interno" (*locus* em que se daria a acumulação endógena) e do "capital mercantil residente" (grupo mercantil residente na colônia que realiza a acumulação) na economia colonial. Destarte, verificou a complexidade dessa economia que não poderia mais ser definida como simplesmente uma *plantation*, escravista e monocultora, a qual foi representada com o vocábulo "além da *plantation*".

A reprodução do "sistema escravista exportador", como a rápida montagem da economia açucareira em Campos ou da economia cafeeira no Vale do Paraíba, deve ser entendida a partir da nova conceituação da economia colonial:

*"Com isso, não queremos dizer que a economia considerada não fosse escravista e exportadora (esses são os seus traços estruturais mais amplos) e nem que ela não estivesse subjugada às conjunturas do mercado internacional. Entretanto, para além desses traços, a economia colonial tinha outras características estruturais. Possuía outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se realizariam acumulações endógenas. A conjugação desses elementos permitia que a economia colonial tivesse uma dinâmica interna e peculiar que não se reduzia às injunções externas." (p. 26-7).*

A existência de escravos em atividades relacionadas com o mercado interno, de formas de produção não-capitalistas e não-escravistas, condiciona a reinterpretação da economia colonial. As informações lhe possibilitaram afirmar que "cabalmente a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos" (p. 101), pois outras formas de trabalho, como o camponês e o escravo fora das atividades exportadoras, também seriam largamente utilizados na colônia. Fragoso aceitou, deste modo, a conceituação de Ciro F. Cardoso sobre a "brecha camponesa".

As formas de produção não-capitalistas, como o trabalho camponês, possibilitavam uma mão-de-obra de baixo custo monetário, reduzindo os preços dos bens direcionados ao mercado interno. O baixo custo do trabalho e das terras permitia que nem todo o excedente retornasse à produção, podendo ser apropriado pelo capital mercantil. Por outro lado, até mesmo a *plantation* estaria sujeita à possibilidade de sofrer uma apropriação do seu excedente pela elite mercantil, em suas relações no mercado interno. Por exemplo, o tráfico atlântico de africanos para o Brasil, desde meados do século XVIII, seria considerado "*um negócio interno à economia do Sudeste brasileiro. E isso por uma boa razão: ele era controlado por negociantes residentes no Brasil.*" (p. 131-32). Assim, os movimentos realizados no âmbito do mercado interno propiciaram a extração do excedente tanto das formas não-capitalistas como da *plantation* pelo capital mercantil. Esta retenção do sobretrabalho da *plantation* ocorreu pela existência de uma "elite mercantil colonial autônoma" (residente), que, além de controlar o comércio de bens e escravos no mercado interno, chegou a financiar o custeio da empresa exportadora. A extração do excedente se deu pela circulação e em grande parte favoreceu à acumulação mercantil.

Convém, a esta altura, colocar o questionamento de Fragoso:

*"(...) se parte do trabalho excedente colonial assume a forma de uma acumulação mercantil, a repetição deste fenômeno, mais cedo ou mais tarde, em tese inviabilizaria a própria continuidade física da economia, já que acumulação mercantil significa desvio do sobretrabalho da produção."* (p. 34).

A "categoria antediluviana" é o capital mercantil, o qual, por uma lógica não-capitalista, em função de uma hegemonia de relações de poder (de homens sobre homens), obrigava, os que o personificavam, para ascenderem socialmente na "hierarquia econômico-social", a se constituírem como senhores de homens (escravistas) e proprietários de terras, mesmo se na passagem da elite mercantil para a de proprietários dos meios de produção e mão-de-obra cativa eles viessem a perder dinheiro e deixar de integrar a elite econômica (Cf. p. 278-82). Neste processo, ocorria uma esterilização da acumulação mercantil para a esfera da produção. Este processo produziu uma contínua recriação dos sistemas agrários em áreas de fronteira e, assim,

a reprodução da formação econômico-social colonial, possibilitada pela apropriação do trabalho excedente não só do escravo como do camponês.

Assim, podemos explicar a rápida montagem da economia cafeeira no Vale do Paraíba, ao final do século XVIII e na primeira metade do XIX, com uma evolução exponencial da produção e um forte crescimento demográfico, principalmente de cativos, como função da transformação de capitais mercantis em produtivos, não obstante a sua taxa de lucro na atividade produtiva ser menor que na mercantil. Ou seja, com a transferência de membros da elite mercantil para a aristocracia territorial, escravista e exportadora. A sociedade colonial utilizava-se da: "*acumulação mercantil para reproduzir os seus traços pré-capitalistas [do Antigo Regime] ou mais precisamente, uma hierarquia econômico e social aristocracia, onde o não-trabalho e a fortuna rentista eram sinônimos do status social.*" (p. 285).

Esta lógica não-capitalista herdada da metrópole, que consiste da aceitação de uma menor rentabilidade para alcançar um *status* social superior, indica um comportamento para nós ainda "nebuloso" da elite mercantil, contrário à lógica comum de comércio. Também sentimos uma dificuldade em assumir que: "*é compreensível o porquê de uma fazenda escravista poder ter preço inferior ao de uma loja, ou, colocando em outros termos, de a primeira ter uma lucratividade (ganhos do lavrador) menor que a segunda.*" (p. 279). Por meio deste raciocínio, o valor da riqueza alocada na atividade determina a sua taxa de lucro, o que não necessariamente ocorre. Por exemplo, alguns lavradores, com poucos recursos materiais e de cativos, podem obter uma alta taxa de lucratividade na produção de determinados bens.

Cumprido, por fim, comentar as comparações entre os preços do açúcar na Bahia e no Pernambuco com os na Holanda como uma estimativa do dinamismo econômico relativo da colônia frente às economias centrais. Tal confronto não é aceitável, pois, no período, ocorreu uma desvalorização cambial, principalmente na terceira década do século XIX, de 4,65 (em 1821), para 10,49 mil réis por libra, em 1830.<sup>(1)</sup> Tal crítica não compromete a tese esposada por Fragoso, mas, apenas, a forma pela qual podemos perceber os desenvolvimentos diferenciados, já que por outros indicadores mais adequados, provavelmente, observaremos o mesmo processo.

---

(1) Conforme IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939/1940, Apêndice.